

Mulheres e Homens em Cabo Verde

Factos e Números

2008



Nações Unidas
CABO VERDE
Juntos na acção

Mulheres e Homens em Cabo Verde

Factos e Números 2008

FICHA TÉCNICA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Presidente

Antonio dos Reis Duarte

INE

René Charles Sylva

Alicia Mota

ICIEG

Claudia Rodrigues

Maritza Rosabal

Escritório das NU

Clara Barros

Serviços Técnicos

Imprensa Nacional de Cabo Verde

ÍNDICE

	<i>Pag.</i>
Prefácio	5
Igualdade e Equidade de Género.....	7
Género e Direitos Humanos	8
Os Mecanismos Institucionais	9
As Organizações da Sociedade Civil.....	9
Os Objectivos da Política de Igualdade e Equidade de Género	10
Os Aspectos Quantitativos e Qualitativos da Igualdade de Género	11
A Evolução da Situação das Mulheres no País	12
Alguns Indicadores Importantes	16
Desafios que se Colocam na Mudança das Relações de Género	16
Recomendações quanto a Dados Estatísticos Prioritários.....	18
Nota aos Leitores e às Leitoras	19
População.....	20
Migrações	31
Saúde	33
Educação.....	42
Emprego	47
Pobreza	53
Influência e Poder: no Espaço Privado	54
Influência e Poder: no Espaço Público.....	57
Violência contra a Mulher no Espaço Doméstico	58

SIGLAS

GEPC-MS	Gabinete de Estudos, Planeamento e Cooperação do Ministério da Saúde
GEP-MEES	Gabinete de Estudos, Planeamento do Ministério da Educação e Ensino Superior
H	Homens
ICF	Índice da Condição feminina
ICIEG	Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e a Equidade de Género
IDNT	Inquérito sobre as Doenças não Transmissíveis
IDRF	Inquérito às Despesas e Receitas Familiares
IDSR	Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISE	Inquérito Semestral ao Emprego
M	Mulheres
MTSF	Ministério do Trabalho Solidariedade e Família
ONG	Organização Não Governamental
PNIEG	Plano Nacional para a Igualdade e a Equidade de Género
QUIBB	Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar
RGPH	Recenseamento Geral da População e Habitação

PREFÁCIO

O INE está empenhado em produzir, sistematizar e divulgar cada vez mais e com maior regularidade as informações estatísticas que o país precisa. Concretamente ligado ao Género, tem um projecto que está sendo desenvolvido com o apoio do Instituto de Estatística da Suécia (SCB), para a produção de uma publicação anual com as principais informações deste sector. Neste quadro vem trabalhando com o Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade de Género (ICIEG) e com o Escritório das Nações Unidas em Cabo Verde.

Esta publicação reveste-se de um significado especial por ser a primeira dedicada à situação de mulheres e homens, raparigas e rapazes, nas diferentes áreas da vida. Também é particular por ter sido pensada a divulgação da primeira publicação no contexto da comemoração do 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Mais do que uma iniciativa pontual, pretende ser a primeira de uma publicação regular de divulgação sistemática de estatísticas numa perspectiva de género. Essa abordagem obriga-nos a considerar a posição das mulheres e dos homens, raparigas e rapazes em todas as esferas da sociedade, tornar a sua situação visível e contribuir para o processo de mudança das mentalidades e de criação de uma sociedade mais equitativa.

Aproveitamos esta oportunidade para agradecer especialmente o Instituto de Estatística da Suécia (SCB) pela enorme contribuição através da assistência técnica.

10 de Dezembro de 2008

António dos Reis Duarte
Presidente do INE

Petra Lantz
Coordenadora Residente
das Nações Unidas

Cláudia Rodrigues
Presidente do ICIEG

IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO

De acordo com as normas jurídicas internacionais e nacionais, todos os seres humanos são iguais, independentemente, da raça, sexo, religião ou naturalidade, mas o cumprimento desse princípio está longe de ser uma realidade, especialmente no que se refere à situação social dos homens e das mulheres.

A relação que se estabelece entre os seres humanos, é produto de uma construção social e vê-se condicionada pelo sexo. “A nossa compreensão do que significa ser rapaz ou rapariga, homem ou mulher evolui ao longo da nossa vida; não nascemos conhecendo o que se espera de nosso sexo: o aprendemos na nossa família, na nossa comunidade. Portanto, o significado varia de acordo com a cultura, a comunidade, a família e as relações, e com cada geração e no decorrer do tempo”¹.

Esta visão resulta em profundas desigualdades entre homens e mulheres já que as relações se vêm condicionadas pelos “estereótipos de género”, que são o conjunto de crenças existentes sobre as características ou papéis que se consideram apropriados para mulheres e homens, e que se denominam papéis de género. Estes papéis são a forma como nos comportamos e o que fazemos no quotidiano homens e mulheres, segundo o que consideramos que é o apropriado para cada um.

Para que a igualdade seja efectiva, é necessário criar condições específicas, pelo que equidade de género significa igualdade de oportunidades e condições de homens e mulheres em todas as esferas da nossa vida, educação, saúde, trabalho, emprego, e especialmente no exercício do poder e na partilha das responsabilidades familiares.

¹ (<http://www.pnud.org.ve/temas/genero.asp>)

GÉNERO E DIREITOS HUMANOS

O ano 1975 foi declarado “Ano Internacional da Mulher” pelas Nações Unidas, e os dez anos seguintes foram declarados a Década das Nações Unidas para as Mulheres. Com estas iniciativas as questões relativas ao estatuto e situação das mulheres, entraram progressivamente na agenda política internacional, mas é na década de 90 que a problemática de género assumiu novos contornos a nível mundial e regional. Na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, do Cairo (1994), foi aprovado um Plano de Acção por um período de 20 anos assente num compromisso em relação aos direitos humanos e à igualdade entre os sexos.

Promover a igualdade entre os sexos, em todas as esferas da vida, e a promoção da autonomia das mulheres e a implementação de medidas “para eliminar a desigualdade entre mulheres e homens”², é a visão expressa da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento celebrada no Cairo (CIPD). A IV Conferência Mundial sobre as Mulheres (Beijing, 1995), absorveu os princípios da CIPD.

A avaliação dos resultados obtidos, realizada numa Sessão Especial da Assembleia-geral das Nações Unidas em 2000 (Beijing + 5), serviu para actualizar os propósitos e aprofundar diferentes aspectos relacionados com os direitos das mulheres enquanto direitos humanos. O Objectivo 3 de Desenvolvimento do Milénio (2004) – “Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres”, reflecte os objectivos da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo.

² Programa de Acção da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. Cairo. 1994

OS MECANISMOS INSTITUCIONAIS

O Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade de Género é o órgão governamental, encarregue de promover a igualdade e equidade de género em todas as esferas de actividade do país. Desde a sua entrada em funcionamento (1994), congrega os esforços da sociedade civil e do governo, no sentido de introduzir a abordagem género na elaboração das diferentes políticas.

Tem promovido acções de informação, sensibilização e capacitação em matéria de género de funcionários da administração pública e de organizações não governamentais e da sociedade em geral.

AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Em 1981 foi criada a Organização de Mulheres de Cabo Verde (OMCV), que era uma organização de massas do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV). Nela estavam muitas mulheres que participaram activamente no processo de libertação. Esta organização deu um importante contributo para a introdução da política de planeamento familiar, na definição, aplicação e seguimento das políticas para a integração da mulher no desenvolvimento e na produção de legislações que contemplassem os direitos das mulheres, como o Código de Família e a Lei de Despenalização do Aborto, assim como para a diminuição do analfabetismo no seio das mulheres e para a melhoria da situação das crianças, especialmente no meio rural, onde teve um papel decisivo na criação de jardins infantis.

A partir de 1991, com a implementação do pluripartidarismo, as organizações da sociedade civil se multiplicaram, em especial as organizações que têm como finalidade combater as desigualdades existentes nas relações de género. Entre

elas destacam-se a Associação de Apoio à Auto Promoção da Mulher no Desenvolvimento (MORABI-1992), a Associação Cabo-verdiana para a Protecção da Família (VERDEFAM-1995), a Associação de Mulheres Empresarias e Profissionais de Cabo Verde (AMEPCV-1999), a Associação Cabo-verdiana de Mulheres Juristas (AMJ, 2001), a Rede de Mulheres Parlamentares (RMP-CV, 2002) e a Rede de Mulheres Economistas (REDEMEC-2003).

OS OBJECTIVOS DA POLÍTICA DE IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO

O Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género 2005-2011 é o instrumento governamental que define as estratégias e as medidas a implementar para promover a equidade e a igualdade de género.

Ele traça as medidas multisectoriais correctoras dos desequilíbrios sociais baseados nos estereótipos sexistas, promovendo assim a justiça social e o desenvolvimento sustentável do país. Define como principais objectivos:

- Desenvolver oportunidades iguais para mulheres e homens no acesso e permanência no mercado de emprego, que levem ao aumento do rendimento das mulheres e contribuam para a diminuição da pobreza entre estas;
- Promover o espaço escolar como local privilegiado de socialização positiva em matéria de género, bem como catalisador de boas práticas para a igualdade e a equidade de género;
- Melhorar a qualidade dos serviços prestados em termos de saúde tendo em atenção os aspectos específicos de mulheres e de homens;

- Aprofundar o conhecimento sobre a violência contra as mulheres e adoptar medidas para a diminuição da incidência de actos de violência contra estas;
- Impulsionar a igualdade e a equidade de género em todas as instâncias de poder e possibilitar, tendo em conta a situação de partida, o seguimento e a avaliação dos diferentes indicadores;
- Fomentar uma cultura de boas práticas nas relações de género através dos órgãos de informação.

OS ASPECTOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA IGUALDADE DE GÉNERO

As estatísticas de género se produzem para dar visibilidade à situação que mulheres e homens manifestam nos diferentes âmbitos da vida social, económica, cultural e política do país. Para produzi-las é necessário aplicar o enfoque de género, que pressupõe tomar em consideração que os papéis, as actividades, as tarefas e as responsabilidades frequentemente são diferentes para homens e mulheres, pelo que em todas as etapas da sua produção (recolha, tratamento, divulgação) as informações são desagregadas e calcula-se a magnitude da diferença.

Os indicadores de género mostram a posição em termos quantitativos em que se encontram as mulheres e homens respeito a um determinado fenómeno e num tempo determinado e se exprimem geralmente medindo a relação entre estes e a magnitude da distância que é necessário percorrer para atingir a equidade. Eles são uma ferramenta que serve para medir o estado e as mudanças produzidas nas relações de género.

A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DAS MULHERES NO PAÍS

1462-1856

- As mulheres escravas constituíam uma reserva reprodutora importante, pelo que o fruto do seu ventre, era propriedade do amo e constituía-se em mais um objecto de produção;
- A célula familiar básica era constituída pela mãe e pelos filhos e filhas. A leitura da descendência fazia-se apenas pela linha feminina.

1905-1949

- Nos períodos de seca intensa e, conseqüentemente, de fome, as autoridades reconhecendo o papel das mulheres para a sobrevivência da família, entregavam a cada mãe 1,5 litros de milho, enquanto a cada homem entregavam apenas 1 litro desse produto.

1963-1974

- As mulheres participam na luta de libertação e realizavam as mais diversas actividades: garantem o funcionamento dos jardins infantis, das escolas, dos hospitais, dos serviços logísticos e burocráticos e o trabalho no sector das telecomunicações: emissões da Rádio "Voz de Libertação", divulgação das informações escritas.

1975-1990

- 1977: Entrada em funcionamento o Programa Materno Infantil e de Planeamento Familiar;
- 1979: Ratificação das Convenções 100 e 111 da OIT, que estabelecem o princípio geral de igualdade de remuneração entre homens e mulheres, que realizam

o mesmo tipo de trabalho e a não discriminação no emprego em função do sexo, respectivamente;

- 1980: A primeira Constituição da República estabelece, no artigo 25º, a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica;
- 1980: A 5 de Dezembro, Cabo Verde converte-se num dos 21 primeiros estados membros da ONU a assinar sem reservas a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres;
- 1980: Pela primeira vez uma mulher passa a integrar o Parlamento;
- 1981: A 27 de Março, foi criada a Organização de Mulheres de Cabo Verde (OMCV). Esse dia foi declarado Dia da Mulher Cabo-verdiana;
- 1987: Regulamentada a interrupção Voluntária da gravidez (despenalização do aborto).

1991-2008

- 1991: A partir da abertura democrática as organizações da sociedade civil que têm como finalidade combater as desigualdades existentes nas relações de género propagam-se e especializam-se em áreas de actuação;
- 1991: Constituí-se o primeiro governo integrado por mulheres;
- 1992: A Constituição da República, reconhecendo a situação da discriminação da mulher, incumbe

ao Estado o dever de velar pela eliminação das condições que identificam essa discriminação e de assegurar a protecção dos seus direitos;

- 1994: Criado o Instituto da Condição Feminina cuja missão era zelar para a criação de condições e mecanismos institucionais que assegurem os direitos das mulheres;
- 1996: Elaborado o primeiro Plano de Acção Nacional de Promoção da Mulher, (1996- 2000);
- 1997: O Código Civil - Livro da Família, confere a ambos cônjuges igualdade de direitos e deveres na família e integra a separação judicial de pessoas e bens. Consagra a união de facto, a igualdade legal dos filhos nascidos dentro ou fora casamento e estipula que o poder paternal é exercício conjuntamente pelos progenitores;
- 1999: O Código Eleitoral, estabelece que as listas propostas às eleições devem conter uma representação equilibrada entre ambos os sexos;
- 2000: No Censo da População, o emprego doméstico e as actividades informais, passam a ser considerados actividades económicas produtivas;
- 2000: No Simpósio Nacional sobre a Saúde da Reprodução, foi adoptado o conceito de Saúde Reprodutiva, sendo desenhada a sua materialização no âmbito do Programa Nacional de Saúde Reprodutiva;
- 2004: O Código Penal define a violência doméstica como “o acto de infligir ao conjugue ou a pessoa com quem esteja unido em união de facto maus

tratos físicos ou psicológicos, ou tratamentos cruéis”. É considerado um crime semi-público, punível com penas que vão de 1 a 4 anos de privação de liberdade;

- 2005: Elaborado o Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Género (2005-2011);
- 2005; O Instituto Nacional de Estatística inclui no Inquérito Demográfico sobre Saúde Sexual e Reprodutiva, questões que permitem desvendar a situação da violência doméstica no país;
- 2006: Após 25 anos da ratificação da Convenção, no decorrer da 36ª Sessão da ONU, Cabo Verde apresentou perante o Comité sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres o “Relatório Inicial de Cabo Verde”, o qual apresentou a evolução da situação das mulheres desde a ratificação da Convenção em 1980;
- 2006: Criada a Rede Inter Institucional de Atendimento as Vítimas de Violência Doméstica e entraram em funcionamento os Gabinetes de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica;
- 2006: No âmbito das actividades de reforço institucional, o ICF passou a denominar-se Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade de Género;
- 2007: Elaborado o Plano Nacional de Combate contra a Violência Baseada no Género (2007-2009);
- 2008: Cabo Verde passa a ser o 2º país do mundo a ter um governo com uma configuração paritária.
- 2008: O Código Laboral regulamentou o emprego doméstico.

ALGUNS INDICADORES IMPORTANTES

- A taxa de actividade entre as mulheres passou de 25% para 39% entre 1990 e 2000;
- A proporção de mulheres no poder executivo evoluiu de 0% em 1975, para 60% em 2008;
- O número de mulheres no parlamento evoluiu de 1% em 1980, para 18% em 2006;
- A taxa líquida de escolarização no ensino básico entre as raparigas era de 70,4% em 1990. Desde 2000, mantém-se em 95%.
- A taxa líquida de escolarização das raparigas, no ensino secundário, progrediu de 18,3% para 56,3% em 2000 e para 64% em 2007.

DESAFIOS QUE SE COLOCAM NA MUDANÇA DAS RELAÇÕES DE GÉNERO

- O número de agregados familiares chefiados por mulheres é cada vez maior, tornando necessária a implementação de políticas específicas para a promoção da assunção efectiva de todas as responsabilidades que advêm da paternidade;
- É essencial democratizar a vida familiar, já que as mulheres continuam a assumir o seu papel tradicional de realizar as tarefas domésticas e educar os filhos e filhas;
- As oportunidades de acesso e permanência no mercado de emprego das mulheres devem ser incrementadas já que constituem o maior contingente de

população desempregada, de população ocupada não qualificada e de empregadas do sector informal;

- A oferta de serviços sociais de apoio deve ser melhorada já que as tarefas de cuidados com a família, em particular perante situações adversas como as de doença de dependentes, impõem limites às oportunidades das mulheres no mercado de trabalho;
- Incrementar a adesão e a obtenção dos benefícios da protecção social para as mulheres, tendo em conta que se concentram no sector informal, têm empregos irregulares, salários menores, e participam menos nos esquemas de contributivos;
- Apesar dos progressos nas relações de poder a nível das instituições educativas, reduzir a ainda forte tendência masculinizada do poder nos estabelecimentos educativos e, nos manuais escolares, alcançar uma linguagem livre de estereótipos e reduzir os índices de analfabetismo entre as mulheres do meio rural, particularmente nas faixas etárias de mais de 35 anos;
- Reconhecendo as conquistas alcançadas, a nível de paridade de mulheres e homens no poder executivo, diminuir o profundo desequilíbrio na participação das mulheres no exercício do poder, tanto na esfera pública como privada;
- Reduzir drasticamente a violência baseada no género, um problema que afecta grandemente a sociedade cabo-verdiana.

RECOMENDAÇÕES QUANTO A DADOS ESTATÍSTICOS PRIORITÁRIOS

A disponibilidade cada vez maior de informações estatísticas discriminadas por sexo, acompanha e retrata a evolução na representação social das relações de género e é uma forma de superar a noção de neutralidade relativamente à situação das mulheres e dos homens em várias esferas.

Apesar dos avanços alcançados persistem insuficiências e carências significativas nalgumas áreas, como é o caso de dados relativos ao mercado de trabalho, à participação da mulher no mundo empresarial, ao acesso ao crédito, aos salários e ao uso do tempo. Planificar o preenchimento destas lacunas de informação torna-se prioritário, no contexto do desenvolvimento das estatísticas de género em Cabo Verde.

NOTA AOS LEITORES E ÀS LEITORAS

A informação contida nesta publicação tem por fonte a produção estatística do INE e outras instituições públicas. As fontes são citadas junto de cada gráfico / quadro.

No geral os quadros e gráficos apresentam números absolutos e/ou proporções (%), primeiro entre as mulheres e de seguida entre os homens: As proporções são utilizadas de duas formas:

- Proporções (%) de todas as mulheres e proporções (%) de todos os homens com determinada característica (ex. desempregada / desempregado).
- Distribuição por sexo dentro de um grupo, por exemplo membros do poder judicial.

Alguns gráficos apresentam, tanto números absolutos, como distribuição por sexo em vários grupos. Os valores totais nem sempre correspondem aos das figuras parciais devido a arredondamentos e alguns quadros / gráficos apresentam o Índice da Condição Feminina (ICF)¹, cujo cálculo se baseia na divisão da % ou número correspondente ao sexo feminino, pela percentagem ou número correspondente ao sexo masculino.

Os símbolos utilizados são:

- Categoria não aplicável

M: Mulheres

H: Homens

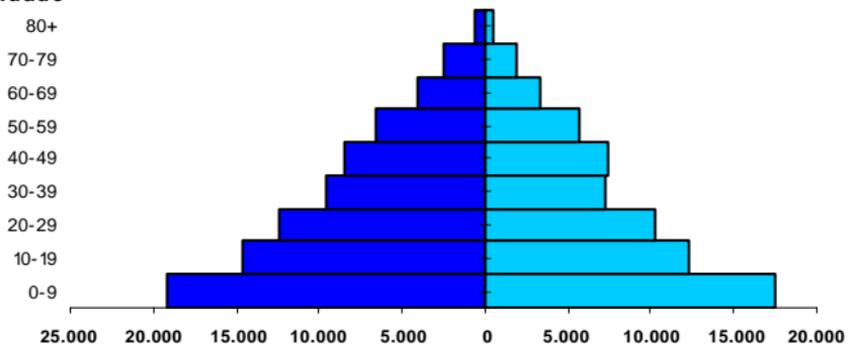
¹ O Cálculo do Índice da Condição Feminina, baseia-se nas recomendações técnicas divulgadas no "Índice de Desenvolvimento e dos Indicadores de Género em África" em Outubro de 2004.

POPULAÇÃO

Evolução da população 1900-2008

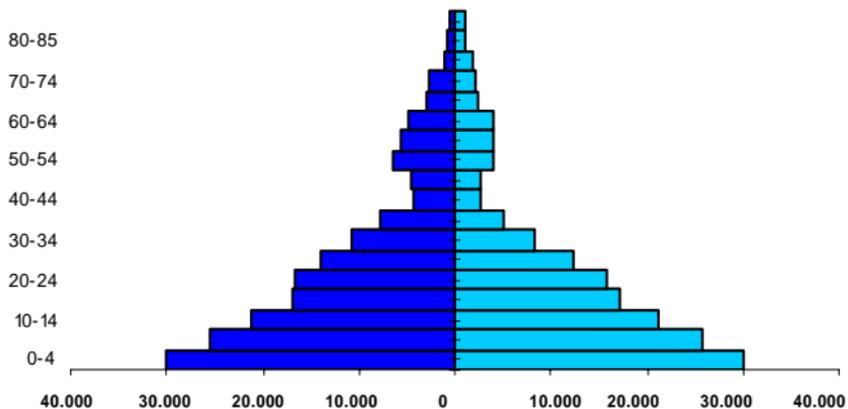
1900

Idade



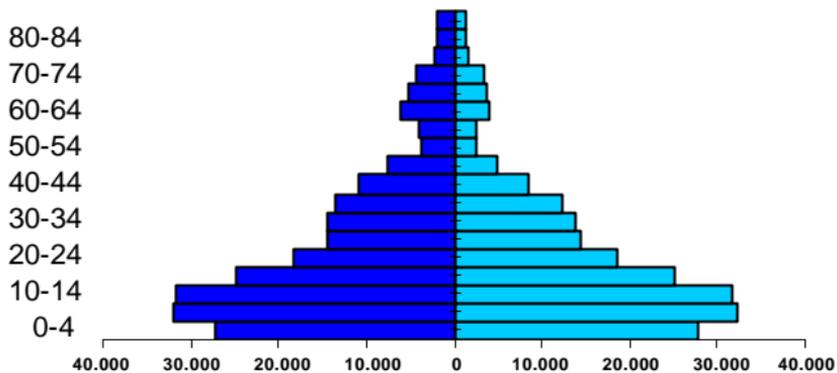
1990

Idade



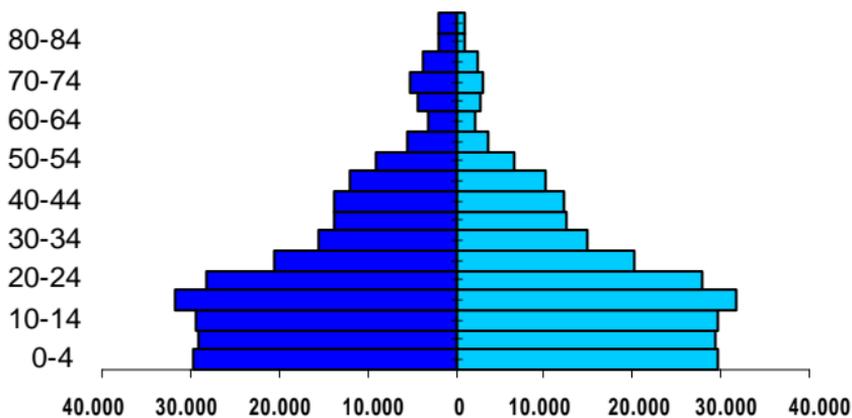
2000

Idade



Idade

2008



A largura da base das pirâmides confirma a característica jovem da população Cabo-verdiana. A sua estrutura resulta de uma fecundidade elevada, e de uma mortalidade relativamente baixa.

A pirâmide dos anos 1990, revela uma diminuição acentuada da população na faixa etária de 40 a 50 anos resultante das secas e fomes que assolaram o país na década de 40.

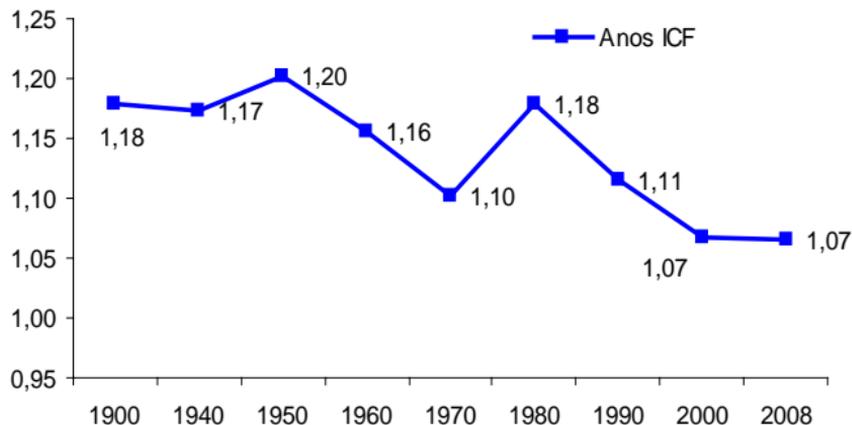
Evolução da população 1900-2008

Anos	Mulheres	Homens	ICF
1900	77.884	66.045	1,2
1940	97.894	83.392	1,2
1950	81.856	68.128	1,2
1960	107.211	92.691	1,2
1970	142.012	128.987	1,1
1980	160.008	135.695	1,2
1990	179.997	161.494	1,1
2000	224.391	210.233	1,1
2008	257.882	241.914	1,1

Fonte: Repartição das Estatísticas, 1900 -194, INE- RGPH 1960-2000, INE- Projecções Demográficas, 2008

Evolução do Índice da Condição Feminina 1900-2008

A população de Cabo Verde aumentou ao longo dos anos de 1900, 1960- 2008, exceptuando o período compreendido entre 1940 à 1950, em que registou, de facto, uma diminuição da população residente, na ordem de 31.000 pessoas. Esta diminuição poderá ser justificada pelas grandes fomes e secas dos anos 40.



Em 2000 o Arquipélago contava com uma população total de 434.625 habitantes sendo uma relação de 94 homens para cada 100 mulheres. A relação homens/mulheres mostra o predomínio das mulheres, ao longo de todos os anos, que poderá ser explicado em parte pela emigração dos homens. Contudo nota-se a partir de 1990 uma tendência à diminuição da disparidade.

População por meio de residência e taxa de urbanização 1990-2008

Ano	Pop.Urbana	Pop. Rural	Tx. de Urb. (%)
1990	150.599	190.892	44,1
2000	232.147	199.842	53,7
2008	302.120	197.676	60,4

Fonte: INE, RGPH 1990- 2000, INE, Projecções Demográficas 2008

População por meio de residência 1990-2008

Anos	Urbano			Rural		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
1990	150.599	78.708	71.891	190.892	101.289	89.603
2000	235.470	120.542	114.928	201.393	101.289	96.551
2008	299.877	154.729	145.148	199.919	103.153	96.766

Fonte: INE, GPH 1990- 2000, INE, Projecções Demográficas 2008

De 1990 para 2000 a taxa de urbanização, passou de 44% para 54%, ou seja mais de metade da população do país passou a viver no meio urbano. Tanto no meio urbano como no meio rural é maior a presença feminina, mas no meio rural é mais acentuada a presença das mulheres.

Tipologia dos agregados familiares segundo o chefe (%)

Ano	Uni-pessoais		Casais Isolados		Conjugais Nucleares		Mono-parentais		Outros	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
2000	10,2	13,5	0,7	6,1	4,4	41,9	37,5	2,8	28,4	15,8
2006	6,7	11,1	0,7	7,3	19,1	62,6	63,8	9,3	9,6	9,7
2007	7,8	10,2	0,3	7,4	13,7	60,5	67,5	12,3	10,8	9,6

Fonte: INE, RGPH 2000, INE, QUIBB 2006 e 2007

Mulheres e Homens chefes de agregado familiar

Ano	Mulheres	Homens
	%	%
2000	40	60
2005	46	54
2006	45	55
2007	45	55

Fonte: INE, RGPH 2000, IDSR-II 2005, QUIBB 2006, 2007

Existe uma predominância de agregados monoparentais, assim como uma tendência para o aumento dos agregados chefiados por mulheres.

Proporção da População de 12 anos ou mais por estado civil (%), 1980 a 2006

Ano	Solteira (o)		Casada(o)		União de facto		Separada/ Divorciada(o)		Viúva(o)	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
1980	51	53	29	31	12	14	2	1	6	2
1990	49	52	28	29	16	18	1	1	6	1
2000	51	58	17	17	23	22	4	2	6	1
2006	46	58	15	14	22	22	10	5	7	1

Fonte: INE, RGPH 1980-2000. INE, QUIBB 2006

A situação matrimonial da população do país mostra que a maior parte da população de 12 anos ou mais apresentam o estado civil solteiro e que a nível do género há mais homens solteiros do que mulheres solteiras. Os estados civis casados e união de facto também têm uma significativa expressão no país. A percentagem de separados / divorciados tende em aumentar.

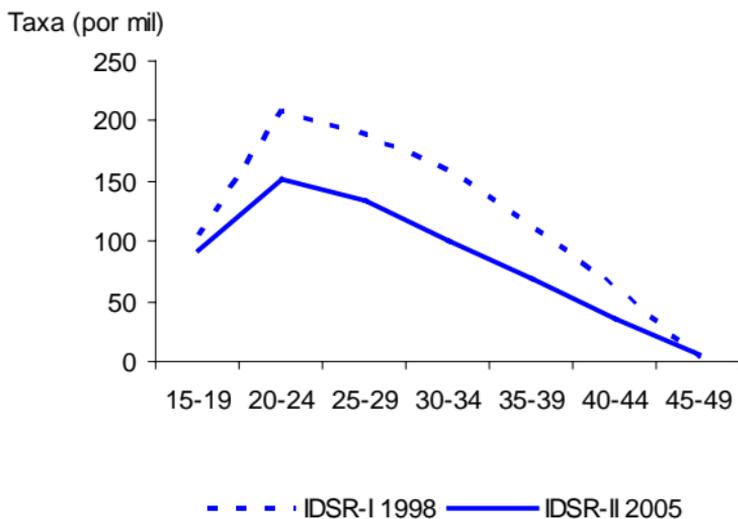
Índice sintético de fecundidade, 1980-2005

Ano	Nº médio de filhos/mulher (ISF)
1980	7
1990	5,5
1998	4,1
2000	4
2005	2,9

Fonte: INE, RGPH 1980-2000, IDSR 1998, IDSR-II, 2005

O número médio de filhos por mulher vem baixando. As mulheres Cabo-verdianas têm actualmente em média 4 filhos a menos do que em 1980.

Taxa de fecundidade por idade 1998-2005

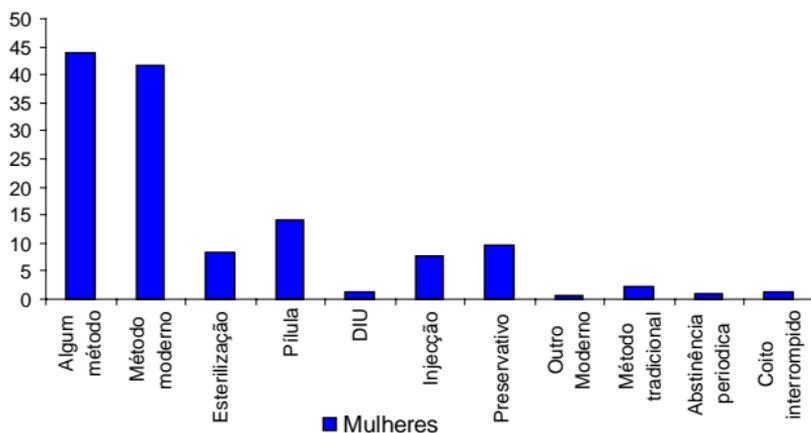


Uso de métodos contraceptivos, 2005

Métodos	%
	Mulheres
ALGUM MÉTODO	44
MÉTODO MODERNO	42
Esterilização	8
Pílula	14
DIU	1
Injeção	8
Preservativo	10
Outro Moderno	1
MÉTODO TRADICIONAL	2
Abstinência periódica	1
Coito interrompido	1
Outro	0

Fonte: INE, MS, IDSR-II 2005

Uso de métodos contraceptivos, 2005



Fonte: MS, INE, IDSR-II, 2005

Média de filhos nascidos vivos e sobreviventes, 2005

Idade	Média de filhos nascidos vivos		Média de filhos sobreviventes	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
15-19	0,2	0,0	0,2	0,0
20-24	0,9	0,4	0,9	0,4
25-29	2,0	1,1	1,9	1,0
30-34	2,9	2,1	2,7	1,8
35-49	3,7	3,4	3,6	3,0
40-44	4,4	4,9	4,1	4,1
45-49	4,9	5,6	4,5	4,8
50-54	-	5,7	-	5,3
55-59	-	9,1	-	7,8
Total	2,1	1,9	2,0	1,7

Fonte: INE, MS, IDSR II 2005

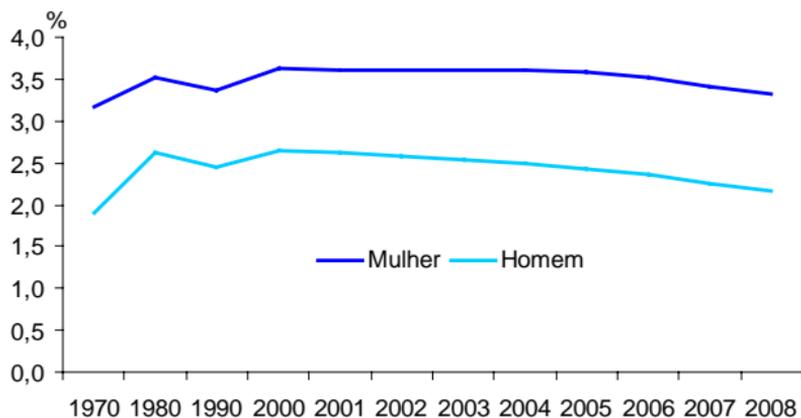
Menos da metade das mulheres utiliza algum método contraceptivo. A média de filhos nascidos vivos é ligeiramente superior entre as mulheres do que entre os homens. O número de filhos vivos por homens, é especialmente elevado entre aqueles com mais de 45 anos.

Evolução da percentagem da população de 60 anos e mais (%), 1970-2008

Anos	Total	Mulheres	Homens
1970	5,1	3,2	1,9
1980	6,1	3,5	2,6
1990	5,8	3,4	2,4
2000	6,3	3,6	2,6
2001	6,2	3,6	2,6
2002	6,2	3,6	2,6
2003	6,2	3,6	2,5
2004	6,1	3,6	2,5
2005	6,0	3,6	2,4
2006	5,9	3,5	2,4
2007	5,7	3,4	2,3
2008	5,5	3,3	2,2

Fonte: INE RGPH 1970-2000, INE, Projecções Demográficas 2001-2008

Evolução da população de 60 anos e mais (%), 1970-2008



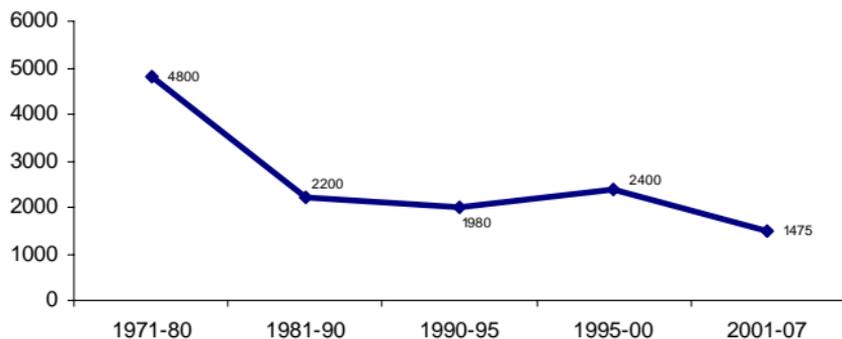
Fonte: INE, RGPH 1970-2000, Projecções Demográficas 2008

MIGRAÇÕES

O nível da produção das informações referentes ao fenómeno migratório de Cabo Verde é muito baixo, nomeadamente no que se diz respeito as características do género.

Evolução média dos emigrantes cabo-verdianos, 1971-2007

Média anual



Evolução da população dos imigrantes por grupo etário, 1990-2000

Grupos etários	Sexo					
	Ambos sexos		Mulheres		Homens	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
1990						
Total	20134	100	8893	100	11241	100
0-19	4151	20,6	2065	23,3	2086	18,5
20-39	7043	35	3258	36,6	3785	33,7
40-59	5242	26	2084	23,4	3158	28,1
60+	3698	18,4	1486	16,7	2212	19,7
2000						
Total	20079	100	8678	100	11401	100
0-19	1959	9,8	986	11,4	973	8,5
20-39	6920	34,5	3125	36	3795	33,4
40-59	5364	26,7	2282	26,3	3082	27
60+	5836	29,1	2285	26,3	3551	31,1

Fonte: INE, RGPH 1990 e 2000

No período compreendido entre 1990 e 2000, o volume de emigrantes viu-se reduzido em cerca de 2/3. Tanto em 1990 como em 2000, o maior contingente que imigra são homens e mulheres no grupo etário 20-39 anos. De assinalar o aumento do número de imigrantes, tanto feminino como masculino, a partir dos 60 anos.

Evolução da taxa de mortalidade infantil (por mil)

Anos	Raparigas	Rapazes	Total
2000	24	28	26
2001	21	25	23
2002	21	21	21
2003	19	20	20
2004	20	27	24
2005	24	24	24
2006	24	25	25
2007	21	22	22

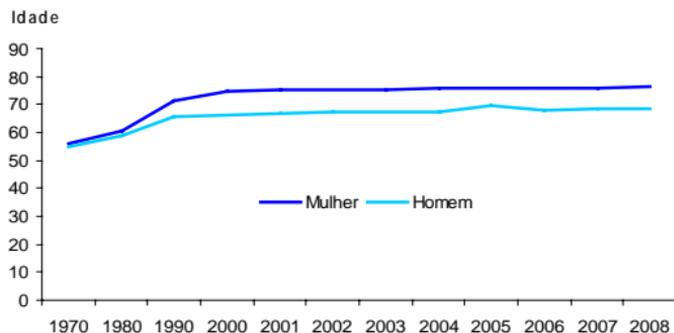
Fonte: GEPC-MS , Relatório Estatístico 2007e INE,
Projeções Demográficas 2008

Evolução da Esperança de vida à nascença (em anos) 1970-2008

Ano	Mulheres	Homens	Total
1970	56	55	55
1980	61	59	59
1990	71	66	68
2000	75	67	71
2001	75	67	71
2002	75	67	71
2003	76	67	72
2004	76	68	72
2005	76	70	72
2006	76	68	72
2007	76	68	72
2008	76	69	73

Fonte: INE, RGPH 1970-2000, INE Projeções Demográficas 2008

Evolução da Esperança de vida a nascença 1970-2008

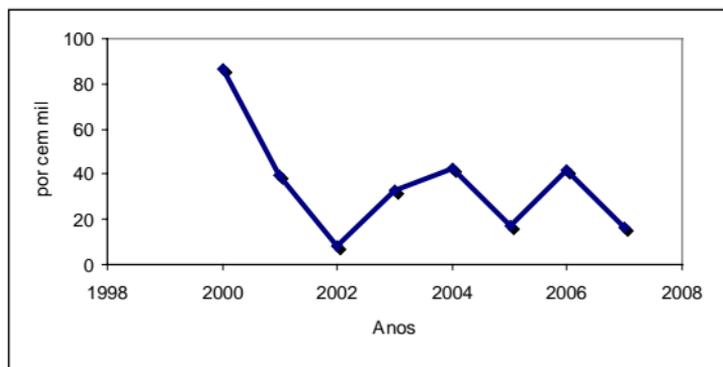


Fonte: INE, RGPB 1970-2000, Projeções Demográficas 2008

Muitos progressos nas condições sócio - sanitárias no país, levou a um ganho substancial na esperança de vida dos Cabo-verdianos, consequência tangível da baixa de mortalidade em todas as faixas etárias.

A partir de 1990 evidencia-se um distanciamento entre a esperança de vida à nascença entre homens e mulheres, que em 2008 representava uma esperança de vida de mais 7 anos para as mulheres.

Mortalidade materna por cem mil nascimentos, 2000-2008



Fonte: MS, GEPC, 2007

A mortalidade materna tem oscilado. Foi bastante elevada até a década de 1990.

Causas de morte (%)

Causas de óbitos	2000			2004			2007		
	M	H	ICF	M	H	ICF	M	H	ICF
Afeções peri-natais	5	6	0,8	5	5	1,0	6	5	1,2
Doenças do aparelho circulatório	27	23	1,2	27	22	1,2	29	23	1,3
Infecção e doenças parasitárias	9	9	1,0	7	8	0,9	6	7	0,9
Traumatismo & causas externas	4	12	0,3	3	12	0,3	4	11	0,4
Tumores	10	8	1,3	9	11	0,8	11	10	1,1
...Cancro da mama	1	0	-	1	0	-	1	0	-
... Cancro do útero	1	0	-	1	0	-	1	0	-
... Cancro prostata	0	1	-	0	2	-	0	1	-
... Outros tumores	8	7	1,1	7	9	0,8	8	9	0,9
Outras causas	45	44	1,0	49	42	1,2	45	44	1,0
Total	100	100		100	100		100	100	

Fonte: MS, GEPC 2007

As mulheres são mais afectadas do que os homens pelas doenças do aparelho circulatório, enquanto que os homens morrem mais devido a traumatismos e causas externas. Os dados não permitem avaliar a dimensão de mortes por traumatismo resultante da violência baseada no género.

Consumo de tabaco, 2007

Consumo de tabaco	%	
	Mulheres	Homens
Adultos 25-64 anos que fumam	4	16
Adultos 25-64 anos que fumam diariamente	3	13
Número médio de cigarro industrial que fumam p/ dia	6	10

Fonte: MS, INE. IDNT 2007

Consumo de álcool, 2007

Consumo de álcool	%	
	Mulheres	Homens
Adultos 25-64 anos que consomem álcool	16	65
% de mulheres que consomem 4 copos ou mais num dia e % de homens que consumiram 5 copos ou mais	12	44

Fontes: MS, INE. IDNT 2007

Consumo de frutas e legumes, 2007

Consumo de frutas e legumes (numa semana)	%	
	Mulheres	Homens
Numero médio de dia de consumo de frutas	3	3
Numero médio de dia de consumo de legumes	4	4
Adultos 25-64 anos que consomem menos de 5 porções de frutas e legumes	88	84

Fontes: MS, INE. IDNT 2007

Prática de actividade física, 2007

Pratica de actividade física	%	
	Mulheres	Homens
Actividade física de baixa intensidade	27	12
Actividade física de intensidade elevada	50	71
Adultos que não praticam nenhuma actividade intensiva	88	49

Fontes: MS, INE. IDNT 2007

Medições físicas, 2007

Medições físicas	%	
	Mulheres	Homens
Índice de massa corporal IMC (kg/m ²)	25	23
Adultos com excesso de peso ou obesidade (IMC \geq 25 kg/m ²)	43	31
Adultos com obesidade (IMC \geq 30 kg/m ²)	15	7

Fontes: MS, INE. IDNT 2007

A proporção de homens que fuma e que consome álcool é significativamente superior à das mulheres. As mulheres praticam menos actividade física e o índice de obesidade entre elas é mais do dobro do que dos homens.

Casos novos de infecção do VIH de 1987-2007

Ano	Efectivos		%	
	M	H	M	H
1987	2	8	20	80
1988	6	9	40	60
1989	7	12	37	63
1990	5	14	26	74
1991	7	8	47	53
1992	7	8	47	53
1993	10	8	56	44
1994	9	7	56	44
1995	20	17	54	46
1996	19	16	54	46
1997	19	15	56	44
1998	33	56	37	63
1999	55	45	55	45
2000	56	58	49	51
2001	63	71	47	53
2002	72	79	48	52
2003	84	85	50	50
2004	151	109	58	42
2005	115	108	52	48
2006	195	104	65	35
2007	196	123	61	39

Fonte: MS, Serviço de Vigilância Epidemiológica

Casos notificados de VIH, 2007

Grupo etário	Efectivos		%	
	M	H	M	H
0-4	31	35	47	53
5-9	1	0	100	0
10-14	0	1	0	100
15-19	6	0	100	0
20-24	23	3	88	12
25-29	30	6	83	17
30-34	27	11	71	29
35-39	27	10	73	27
40-44	16	19	45	55
45-49	9	11	46	54
50-54	15	5	74	26
55-59	3	8	28	72
60-64	3	5	38	62
65 e +	3	9	26	74
Total	195	124	61	39

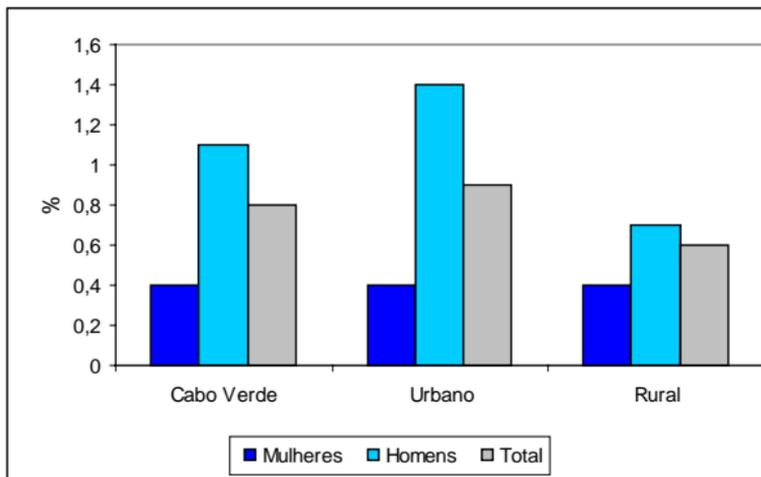
Fonte: MS, Serviço de Vigilância Epidemiológica

Prevalência do VIH por meio de residência, 2005

Meio	Mulheres (%)	Homens (%)	Total (%)
Cabo Verde	0,4	1,1	0,8
Urbano	0,4	1,4	0,9
Rural	0,4	0,7	0,6

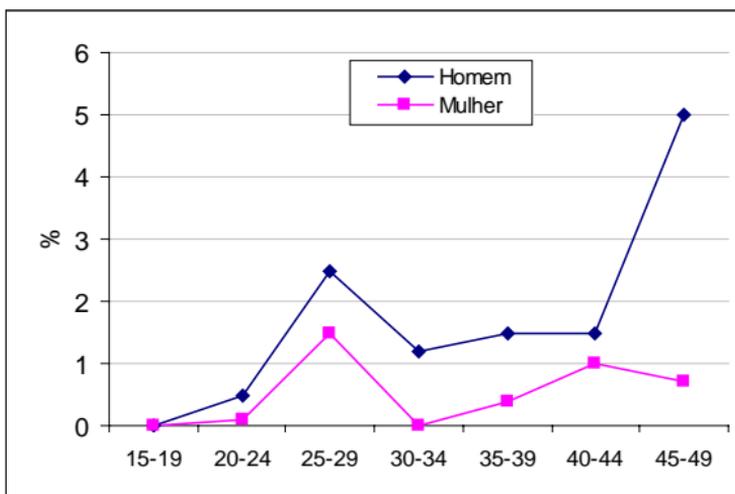
Fonte: INE, MS: IDSR-II, 2005

Prevalência do VIH por meio de residência, 2005



Fonte: INE, MS: IDSR-II, 2005

Prevalência do VIH por faixa etária, 2005



Fonte: INE, MS: IDSR-II, 2005

A prevalência do VIH/SIDA no país é de 0,8%, sendo de 1,1% para os homens e de 0,4% entre as mulheres. As estatísticas registam que dos novos casos de infecção de VIH/SIDA, a maior parte correspondem a pessoas do sexo feminino. Não obstante, na leitura destes dados é importante tomar em consideração que até 2003, as mulheres grávidas faziam além da observação o teste para detecção da sífilis, hemoglobina, glicemia, etc., mas não o teste do VIH. A partir de 2004, com a implementação do programa de Prevenção da Transmissão Vertical (PTV), os Centros de Saúde Reprodutiva passaram a aconselhar as grávidas a realizar o teste de VIH, o que aumentou consideravelmente o número de pessoas (especialmente mulheres) a fazer a despistagem de VIH.

Em 2007, registaram-se 29 novos casos notificados entre as jovens de 15 a 24 anos, enquanto que entre os jovens foram notificados apenas 3 casos.

Taxa de alfabetização

Ano	15 anos e mais			15 - 24 anos		
	Mulheres	Homens	ICF	Mulheres	Homens	ICF
2000	67	83	0,8	95	95	1,0
2006	73	87	0,8	97	96	1,0
2007	73	87	0,8	97	95	1,0

Fonte: INE, RGPH 2000, QUIBB 2006 e 2007

Entre 2000 e 2007 manifestou-se uma melhoria nos índices de alfabetização tanto entre as mulheres como entre os homens, mas o analfabetismo continua a afectar principalmente as mulheres. Entre os jovens existe paridade na taxa de alfabetização.

Taxa de acolhimento no pré-escolar, 2000-2007

Taxa de acolhimento no pré-escolar	Crianças		ICF
	3-5 anos		
	Raparigas	Rapazes	
2000/2001	53	50	1,1
2001/2002	52	52	1,0
2002/2003	57	56	1,0
2003/2004	59	56	1,1
2004/2005	60	59	1,0
2005/2006	56	56	1,0
2006/2007	56	56	1,0

Fonte: GEP-MEES, Principais Indicadores de Educação 2000-2007

A taxa de acolhimento no pré – escolar é baixa, tanto entre rapazes como raparigas, o que pode ter uma influencia negativa no processo de socialização e no sucesso escolar.

Taxa líquida de escolarização, 2000-2007

Taxa líquida de escolarização	Ensino básico			Ensino secundário		
	Raparigas	Rapazes	ICF	Raparigas	Rapazes	ICF
2000/2001	95	96	1,0	56	52	1,1
2001/2002	95	96	1,0	56	53	1,1
2002/2003	95	97	1,0	59	53	1,1
2003/2004	95	95	1,0	58	53	1,1
2004/2005	96	97	1,0	62	55	1,1
2005/2006	95	96	1,0	62	54	1,1
2006/2007	94	95	1,0	64	56	1,1

Fonte: GEP-MEES, Principais Indicadores de Educação 2000-2007

Efectivos de alunos no ensino secundário, 2000-2007

Efectivos do secundário	Total (Via Geral e técnica)			Via técnica		
	Raparigas	Rapazes	ICF	Raparigas	Rapazes	ICF
2000/2001	23.002	21.746	1,1	315	530	0,6
2001/2002	24.880	23.175	1,1	570	854	0,7
2002/2003	25.736	23.786	1,1	732	1124	0,7
2003/2004	25.980	23.810	1,1	906	1385	0,7
2004/2005	27.633	25.038	1,1	1059	1514	0,7
2005/2006	27.939	25.030	1,1	812	1140	0,7
2006/2007	28.409	25.056	1,1	655	853	0,8

Fonte: GEP-MEES, Principais Indicadores de Educação 2000-2007

A taxa líquida de escolarização no ensino básico é igual entre raparigas e rapazes, mas no ensino secundário é maior entre as raparigas. Na via técnica, existe um desequilíbrio na frequência, a qual é maioritariamente masculina.

Taxa de abandono no ensino básico durante ano lectivo, 2000-2007

Taxa de abandono	Raparigas	Rapazes	ICF
2000/2001	1,7	2,8	0,6
2001/2002	2,4	3,9	0,6
2002/2003	2,4	4,0	0,6
2003/2004	1,9	3,3	0,6
2004/2005	2,0	3,0	0,7
2005/2006	2,3	3,3	0,7
2006/2007	1,8	2,5	0,7

Fonte: GEP-MEES, Principais Indicadores de Educação 2000-2007

A taxa de abandono escolar é sempre superior entre os rapazes.

Efectivos de estudantes do superior no país, 2000-2007

Efectivos de estudantes do superior	Mulheres	Homens	ICF
2000/2001	373	344	1,1
2001/2002	924	886	1,0
2002/2003	1.172	1.043	1,1
2003/2004	1.597	1.439	1,1
2004/2005	1.991	1.920	1,0
2005/2006	2.381	2.186	1,1
2006/2007	2.890	2.399	1,2

Fonte: GEP-MEES, Principais Indicadores de Educação 2000-2007

Neste mesmo período houve um aumento substancial das vagas disponíveis para cursos superiores no país tanto para mulheres como homens, mas a presença feminina é maior. Nesta publicação não foram considerados os dados sobre a frequência ao ensino superior no estrangeiro.

Efectivos do corpo docente no EBI, 2000-2007

Ensino básico	Mulheres	Homens	ICF
2000/2001	2.072	1.142	1,8
2001/2002	2.014	1.107	1,8
2002/2003	2.046	1.099	1,9
2003/2004	2.046	1.123	1,8
2004/2005	2.107	1.083	1,9
2005/2006	2.120	1.076	2,0
2006/2007	2.107	1.049	2,0

Fonte: GEP-MEES, Principais Indicadores de Educação 2000-2007

Efectivos do corpo docente no secundário, 2000-2007

Ensino secundário	Mulheres	Homens	ICF
2000/2001	765	1121	0,7
2001/2002	804	1158	0,7
2002/2003	855	1236	0,7
2003/2004	854	1330	0,6
2004/2005	938	1340	0,7
2005/2006	979	1384	0,7
2006/2007	1061	1469	0,7

Fonte: GEP-MEES, Principais Indicadores de Educação 2000-2007

No caso do ensino básico, manifesta-se uma tendência de continuidade da feminização do corpo docente. No ensino secundário a proporção de homens é substancialmente maior.

EMPREGO

População activa de 15 anos e mais, por grupo etário

Grupo etário	2005				2006			
	Efectivos		%		Efectivos		%	
	M	H	M	H	M	H	M	H
15-24	26.024	30.863	46	54	23.544	30.678	43	57
25-34	20.809	22.278	48	52	22.733	24.689	48	52
35-44	21.096	20.057	51	49	21.395	19.763	52	48
45-54	14.267	11.535	55	45	13.863	11.808	54	46
55-64	3.591	3.897	48	52	3.621	3.810	49	51
65 e +	2.661	3.814	41	59	3.158	3.951	44	56
Total	88.449	92.444	49	51	88.391	94.828	48	52

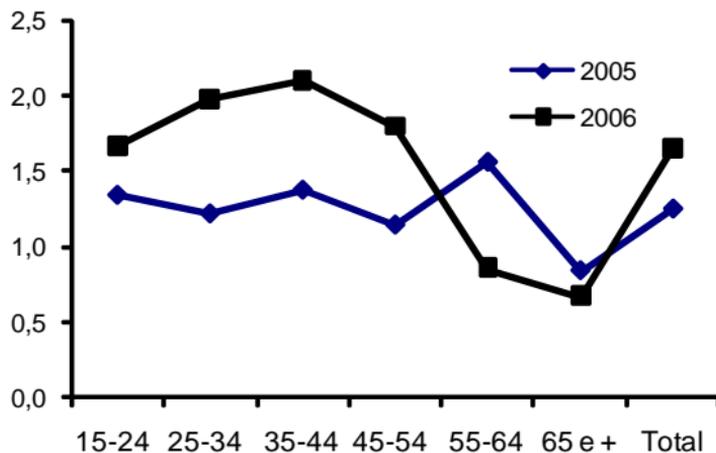
Fonte: IEFP, INE, ISE 2005 e ISE 2006

Taxa de desemprego (%)

Escalaão Etário	2005		2006	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
15-24	47,6	35,5	41,8	25,1
25-34	25,2	20,7	23,9	12,1
35-44	19,5	14,2	14,0	6,7
45-54	13,0	11,4	13,2	7,4
55-64	10,4	6,7	5,5	6,4
65 e +	3,2	3,8	1,8	2,6
Total	27,2	21,8	23,0	13,9

Fonte: IEFP, INE, ISE 2005 e ISE 2006

ICF da taxa de desemprego



Fonte: IEFP, INE, ISE 2005 e ISE 2006

Em Cabo Verde a taxa de desemprego é elevada, mas este fenómeno afecta principalmente as mulheres, em particular as da faixa etária 15-24 anos.

Ramo de actividade

Ramos de actividade	2005				2006			
	Efectivos		%		Efectivos		%	
	M	H	M	H	M	H	M	H
Agricultura e Pesca	22.639	23.940	49	51	18.950	28.524	40	60
Indústria Extractiva	710	595	54	46	3.989	1.979	67	33
Indústria Transformadora e Electricidade	3.921	8.050	33	67	4.285	8.077	35	65
Construção	1.788	16.263	10	90	1.953	16.155	11	89
Comércio	15.086	8.975	63	37	16.660	9.156	65	35
Alojamento e Restauração	3.552	1.775	67	33	3.774	1.766	68	32
Transportes e Comunicações	1.262	6.666	16	84	1.587	7.404	18	82
Actividades Financeiras	572	657	47	53	490	248	66	34
Serviços às Empresas	966	1.483	39	61	1.030	2.604	28	72
Administração Pública	9.203	8.872	51	49	8.043	8.024	50	50
Educação	5.766	2.934	66	34	4.930	2.531	66	34
Saúde	1.330	618	68	32	1.257	569	69	31
Outros Serviços	2.003	2.334	46	54	2.033	1.891	52	48
Famílias com Empregados	8.444	666	93	7	8.300	371	96	4
Organismos Internacionais	183	276	40	60	338	347	49	51
NR	0	0	0	0	603	306	66	34
Total	77.425	84.104	48	52	78.909	91.017	46	54

Fonte: IEFP, INE. ISE 2005 e ISE 2006

As principais áreas de actividade económica no país são a agricultura e pescas, o comércio e a construção civil. As mulheres estão sobre representadas na área do emprego doméstico, que representa para estas o 4 empregador, bem como no comércio, na educação e indústria extractiva, enquanto os homens estão sobre representados na construção, na indústria transformadora e electricidade, nos serviços às empresas e nos transportes e comunicações.

Situação na profissão

Situação na profissão	2005				2006			
	Efectivo		%		Efectivo		%	
	M	H	M	H	M	H	M	H
Administração pública	15.364	12.454	55	45	10.927	10.201	52	48
Sector empresarial privado	14.361	28.382	34	66	11.595	26.051	31	69
Sector empresarial do Estado	961	2.591	27	73	1.066	2.257	32	68
Conta própria com pessoal ao serviço	2.145	4.996	30	70	1.935	5.753	25	75
Conta própria sem pessoal ao serviço	19.682	21.570	48	52	25.400	21.395	54	46
Trabalhador familiar sem enumeração	15.113	11.583	57	43	9.412	9.859	49	51
Trabalhador em casa de família	8.452	672	93	7	7.010	5.041	58	42
Outra Situação	1.584	2.752	37	63	929	1.950	32	68
NR	0	0	0	0	214	405	35	65
Total	77.662	85.000	48	52	68.487	82.909	45	55

Fonte: IEFP, INE, ISE 2005 e ISE 2006

Em termos da situação na profissão verifica-se que as mulheres estão sub-representadas no sector empresarial de estado e privado e que quando trabalham por conta própria o fazem sem pessoal ao serviço.

Distribuição da população empregada por profissão

Profissão	2005				2006			
	Efectivo		%		Efectivo		%	
	M	H	M	H	M	H	M	H
Forças Armadas	0	309	0	100	0	190	0	100
Quadros Superiores/ Dirigentes	2.864	3.606	44	56	3.151	3.541	47	53
Especialistas	2.473	2.799	47	53	1.855	2.614	41	59
Técnicos Profissionais	3.900	4.153	48	52	3.902	2.948	57	43
Administrativos	3.437	1.734	66	34	4.482	2.309	66	34
Serviços/Vendedores	13.421	7.425	64	36	11.117	4.842	70	30
Agricultura/Pesca- dores	11.113	15.596	42	58	6.513	15.323	30	70
Operários	3.981	22.413	15	85	6.830	18.928	27	73
Operadores	819	6.100	12	88	96	5.908	2	98
Trabalhadores Não Qualificados	42.260	23.891	64	36	30.052	25.225	54	46
NR	11.070	6.674	62	38	490	1.081	31	69
Total	95.338	94.700	50	50	68.487	82.909	45	55

Fonte: IEFP, INE, ISE 2005 e ISE 2006

A distribuição de homens e mulheres por tipo de ocupação, revela que a presença das mulheres é maior entre o pessoal de serviços e vendas, serviços administrativos e trabalhadores, enquanto que os homens pertencem maioritariamente ao grupo de pessoal qualificado.

Crianças trabalhadoras de 6-17 anos

Sexo	2005				2006			
	Efectivo		%		Efectivo		%	
	M	H	M	H	M	H	M	H
Urbano	570	1.267	31	69	567	1.043	35	65
Rural	3.529	5.611	39	61	2.297	4.272	35	65
Total	4.099	6.878	35	65	2.864	5.315	35	65

Fonte: IEFP, INE, ISE 2005 e ISE 2006

POBREZA

População pobre, 2001/2002

Estatuto na pobreza	Efectivo		%		Total	ICF
	M	H	M	H		
Pobre	88.869	83.858	19	18	37	1,1
...Muito pobre	47.630	45.198	10	10	20	1,1
Não Pobre	154.194	143.766	31	33	63	1,1

Fonte: INE, IDRF 2001/02

Pobreza segundo chefe de agregado familiar, 2001/2002

Estatuto na pobreza	Efectivos		%		ICF
	M	H	M	H	
Pobre	12.924	13.769	31	26	1,2
...Muito pobre	6.218	7.151	15	13	1,1
Não Pobre	28.805	39.759	69	74	0,9

Fonte: INE, IDRF 2001/02

Em 2002 a proporção da população pobre era muito elevada no país. Entre os agregados chefiados por mulheres 1/3 era pobre, enquanto que ¼ dos chefiados por homens se encontravam na mesma situação.

INFLUÊNCIA E PODER: NO ESPAÇO PRIVADO

Decisão no uso dos rendimentos do agregado: pessoa que decide como gastar o dinheiro, 2005

Quem decide (%)	A mulher	Junto com outra pessoa	Outra pessoa	Total
	86	11	3	100

Fonte: INE, MS. IDSR-II, 2005

Controlo do salário da mulher, 2005

Quem decide (%)	A mulher	Cônjuge	Junto com cônjuge	Total
Casadas / Unidas	79	20	2	100
Não casadas / unidas	92	3	5	100

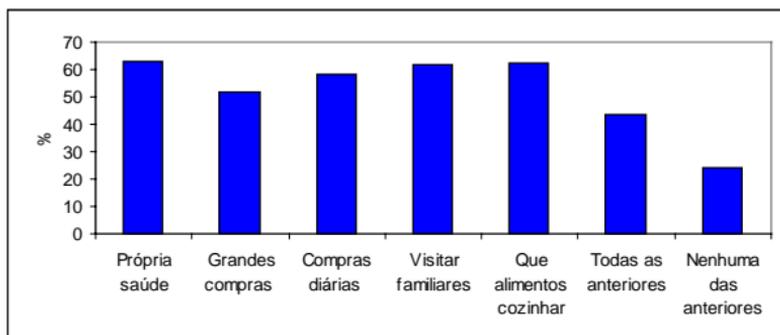
Fonte: INE, MS. IDSR-II, 2005

Mulheres com a última palavra na tomada de decisões no seio do agregado familiar, 2005

Tipo de decisão	%
Própria saúde	63
Grandes compras	52
Compras diárias	58
Visitar familiares	62
Que alimentos cozinhar	62
Todas as anteriores	43
Nenhuma das anteriores	24

Fonte: INE, MS. IDSR-II, 2005

Mulheres com a última palavra na tomada de decisões no seio do agregado familiar, 2005



Fonte: INE, MS. IDSR-II, 2005

Controlo exercido pelo marido/companheiro, 2005

Tipo de controlo	%
	Mulheres
Sente ciúmes se a mulher falar com outros homens	44,1
Acusa a mulher de infidelidade	17,2
Não deixa a mulher conviver com outras mulheres/ amigas	18,3
Tenta limitar o contacto da mulher com a família	7,5
Insiste em saber onde a mulher está a cada momento	42,7
Não tem confiança na mulher quanto ao dinheiro	39,1
Exerce sobre a mulher pelo menos 3 tipos de controlo	28,3
Não exerce nenhum tipo de controlo	27,8

Fonte: INE, MS. IDSR-II, 2005

No contexto da conjugalidade, são várias as formas de controlo dos homens sobre as mulheres. Elas se manifestam sob forma de restrições às relações sociais e à tomada de decisões.

Globalmente pouco mais de ¼ das mulheres refere que o cônjuge não exerce nenhum tipo de controlo sobre as suas relações sociais, pelo contrário, 28% das mulheres refere que o cônjuge exerce pelo menos 3 formas de controlo sobre as suas relações sociais e cerca de ¼ diz nunca ter a última palavra relativamente a decisões no seio do seu agregado familiar.

INFLUÊNCIA E PODER: NO ESPAÇO PÚBLICO

Número de parlamentares

Ano	Efectivos		%	
	M	H	M	H
1980	1	59	2	98
1985	4	56	7	93
1991	3	76	4	96
1995	8	64	11	89
2001	8	64	11	89
2006	13	59	18	82

Fonte: ICIEG, 2008, Relatório de actualização do PNIEG

Poder judicial, 2003-2008

Esfera do poder judicial	2003			2008		
	M	H	ICF	M	H	ICF
Membros Supremo Tribunal de Justiça	1	4	0,3	1	4	0,3
Juízes	9	30	0,3	10	23	0,4
Procuradores	4	26	0,2	5	19	0,3
Delegados de Procurador	1	8	0,1	1	6	0,2
Total	15	68	0,2	17	52	0,3

Fonte: ICIEG, 2008, Relatório de actualização do PNIEG

Apesar dos progressos, a predominância masculina nos órgãos de decisão mantém-se até hoje muito vincada. Em 1980 a representação feminina no poder legislativo era de 1,7% passando para 18% em 2006. No poder judicial, em 2008, cerca de 1/4 das chefias intermédias são ocupadas por mulheres.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ESPAÇO DOMÉSTICO

Violência conjugal exercida pelo marido/companheiro por tipo, 2005

Variáveis	%
Total de mulheres vítima de violência	22
Violência Psicológica	14
Violência física	16
Violência sexual	4
Violência emocional/física e sexual	20

Fonte: INE. IDSR-II, 2005

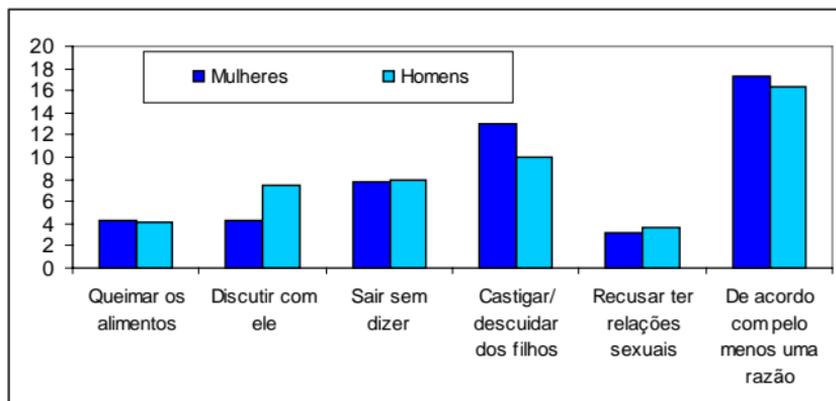
Os dados indicam que 1 em cada 5 mulheres sofreu pelo menos um episódio de violência doméstica nos últimos 12 meses, incluindo violência física (16%), emocional (14%) e sexual (4%). A quase totalidade das mulheres agredidas refere ter sofrido mais de um tipo de violência (19%).

Opinião sobre razões que justificam a agressão da mulher por parte do cônjuge, 2005

Razões	%	
	Mulheres	Homens
Queimar os alimentos	4	4
Discutir com ele	4	8
Sair sem dizer	8	8
Castigar/ descuidar dos filhos	13	10
Recusar ter relações sexuais	3	4
De acordo com pelo menos uma razão	17	16

Fonte: INE, MS. IDSR-II, 2005

Opinião sobre razões que justificam a agressão da mulher por parte do cônjuge



Fonte: INE, MS. IDSR-II, 2005

Mulheres e Homens em Cabo Verde Factos e Números 2008

As estatísticas referem-se à expressão numérica de factos e geralmente respondem a questões tais como *quantos* e *quem*. Habitualmente os dados são recolhidos desagregados por sexo, no entanto, nem sempre se divulgam desta forma, tendo os utilizadores de fazer pedidos especiais para obter estatísticas desagregadas.

Publicar e analisar as estatísticas e indicadores desagregadas por sexo, é a forma mais efectiva para medir os avanços nas relações de género e ponto de partida para dar visibilidade aos factores que ilustram as disparidades entre mulheres e homens, raparigas e rapazes, assim como para orientar os processos de tomada de decisões a nível de políticas. São instrumentos poderosos de advocacia e de promoção e seguimento do cumprimento dos compromissos governamentais e internacionais da agenda nacional de género.

Contactos para a obtenção de mais informações:

INE – Avenida Amílcar Cabral. C. P. 116. Praia. Cabo Verde.
Tel. (00238) 261 38 27 Fax: (00238) 2611656, E-mail:
inecv@ine.gov.cv <http://www.ine.cv>

ICIEG- Rua Serpa Pinto Nº 68. Praia. Cabo Verde.
Tel. (00238) 2616271/2615174. Fax: (00238) 261 52 63.